

§ único. Perdem a frequência os alunos que dêem um número de faltas superior a 20 por cento das aulas de qualquer disciplina.

Art. 6.º Os exames finais constarão de provas escritas, orais e práticas.

§ 1.º Os alunos que na prova escrita obtiverem nota inferior a 10 valores não serão admitidos à prova oral.

§ 2.º Os alunos que faltem a qualquer prova ou dela desistam depois de iniciada só poderão ser admitidos aos exames que se realizem na época seguinte àquela em que se tenha verificado a falta ou a desistência.

§ 3.º Os resultados dos exames finais são obtidos pela média das médias das provas escritas, orais e práticas e exprimem-se numéricamente de 0 a 20 valores, com as seguintes equivalências:

Reprovado, menos de 10 valores;

Suficiente, 10 a 13 valores;

Bom, 14 e 15 valores;

Bom, com distinção, 16 e 17 valores;

Muito bom, com distinção, 18 a 20 valores.

Art. 7.º Os exames finais efectuar-se-ão perante um júri constituído pelo director geral de saúde ou seu representante, que presidirá, pelos directores dos cursos e pelos vogais nomeados de entre os professores.

Art. 8.º Os directores e professores dos cursos são nomeados pelo Ministro do Interior de entre os funcionários dos serviços de saúde ou de entre indivíduos que, embora estranhos a estes serviços, tenham reconhecida competência para o ensino da respectiva disciplina.

Art. 9.º O expediente dos cursos será assegurado pelo Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge.

Art. 10.º O Ministro do Interior, ouvido o das Finanças, fixará por despacho a gratificação dos directores, professores e secretários dos cursos.

Art. 11.º A matrícula, o exame final e as passagens do diploma do curso estão sujeitos ao pagamento prévio das importâncias seguintes:

Matrícula	200\$00
Exame final	100\$00
Diploma	100\$00

Art. 12.º As importâncias referidas no artigo anterior constituem receita do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge e serão destinadas a custear as despesas feitas com a organização e funcionamento dos cursos.

Art. 13.º No corrente ano lectivo poderão ser admitidos a exame, independentemente de matrícula, os médicos que tenham a frequência dos actuais cursos de medicina sanitária.

§ único. As provas dos candidatos a que se refere este artigo serão idênticas às dos que frequentarem o curso e serão prestadas perante o júri constituído em harmonia com o disposto neste diploma.

Art. 14.º Os lugares de delegados de saúde, guardas-mores de saúde, adjuntos, subdelegados de saúde, médicos municipais, médicos dos centros de saúde e profilaxia e dos dispensários só poderão ser providos definitivamente em médicos habilitados com o curso de medicina sanitária.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Faços do Governo da República, 18 de Dezembro de 1946.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—António de Oliveira Salazar—Júlio Carlos Alves Dtas Botelho Moniz—João Pinto da Costa Leite—José Caeiro da Matta.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Despacho

Com destino ao alargamento das pistas de aterragem da Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho, em S. Jacinto, Aveiro, torna-se necessário adquirir para o Estado um conjunto de parcelas de terreno com algumas casas de alvenaria e de madeira.

Porque não foi possível chegar-se a acordo sobre o preço da aquisição de algumas dessas parcelas, determino que se promova a sua expropriação, nos termos do decreto-lei n.º 28:797, de 1 de Julho de 1938, com as alterações constantes do decreto-lei n.º 34:111, de 15 de Novembro de 1944, e demais legislação complementar.

Ministério das Finanças, 12 de Novembro de 1946.—Pelo Ministro das Finanças, Joaquim Dinis da Fonseca, Subsecretário de Estado das Finanças.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Para os devidos efeitos e em execução do disposto no § único do artigo 1.º do decreto-lei n.º 35:510, de 21 de Fevereiro último, inserto no *Diário do Governo* n.º 38, 1.ª série, da mesma data, publica-se a seguinte tabela de abonos ao pessoal de viagens da rede de ambulâncias postais, aprovada por despachos de 28 de Outubro e 29 de Novembro últimos, respectivamente de S. Ex.^{as} os Ministros das Obras Públicas e Comunicações e das Finanças, e que substituirá, a partir de 1 do supracitado mês de Outubro, a tabela relativa aos mesmos abonos, publicada no *Diário do Governo* n.º 148, 1.ª série, de 5 de Julho do corrente ano.

Tabela de abonos ao pessoal de viagens da rede de ambulâncias postais

Ambulâncias

Ambulâncias	Chefes	Ajudantes	Continuos
Norte I/II	—\$—	126\$00	79\$00
Norte I/IV	188\$00	164\$00	103\$00
Norte III/II	196\$00	170\$00	107\$00
Beira Baixa I/II	220\$00	191\$00	120\$00
Leste I/II	174\$00	147\$00	93\$00
Leste I/II (Lisboa-Entroncamento e volta).	—\$—	—\$—	46\$00
Sul I/II	235\$00	200\$00	134\$00
Sueste I/II (a)	134\$00	—\$—	72\$00
Ramal de Lagos	—\$—	—\$—	116\$00
Oeste I/II	120\$00	101\$00	63\$00
Alentejo I/II	119\$00	—\$—	69\$00
Marvão I/II	98\$00	—\$—	55\$00
Minho I/II	101\$00	86\$00	53\$00
Douro I/II	145\$00	—\$—	83\$00
Douro I/II (Porto-Pinhão e volta)	—\$—	—\$—	49\$00
Fafe I/II	60\$00	—\$—	37\$00
Corgo I/II	—\$—	150\$00	88\$00
Tua I/II	—\$—	176\$00	110\$00
Sabor I/II	—\$—	167\$00	111\$00
Beira Alta I/II	186\$00	165\$00	104\$00
Beira Alta I/II (Pampilhosa-Guarda e volta).	—\$—	—\$—	61\$00
Vouga I/II	181\$00	161\$00	101\$00

(a) A designação Sueste I/II corresponde à de Sul III/IV, antigamente usada.

Conduções de malas fechadas

Conduções de malas fechadas	Condutores
Sintra	29500
Cascais	27500
Vale do Sado	62500
Ramal de Mora	18500
Ramal de Reguengos	16500
Meridional	55500
Ramal de Tomar	27500
Douro-Misto	34500
Minho Misto	43500
Fafe-Misto	39500
Braga-Niue	13500
Porto-Póvoa	31500
Ramal de Serpins	24500
Ramal de Pampilhosa Figueira da Foz	14500
Ramal de Alfarelos-Figueira da Foz	29500
Ramal de Sernada	22500

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, 13 de Dezembro de 1946.— O Director dos Serviços de Exploração, *Oscar Saturnino*.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Diracção Geral de Administração Política e Civil

Repartição do Pessoal Civil Colonial

Portaria n.º 11:626

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 20:260, de 31 de Agosto de 1931, incluir, para os devidos efeitos, as seguintes categorias nas classes da tabela anexa ao referido decreto n.º 20:260, abaixo mencionadas:

Auxiliar técnico de marés da colónia de Macau — XV.

Guardas de 1.ª classe do corpo de polícia da colónia de Macau — XVIII.

Bombeiros de 1.ª classe da colónia de Macau — XVIII.

Guardas de 2.ª classe do corpo de polícia da colónia de Macau — XIX.

Bombeiros de 2.ª classe da colónia de Macau — XIX.

Tratador praticante dos serviços de veterinária e de indústria animal da colónia de Angola — XIX.

Bombeiros de 3.ª classe da colónia de Macau — XX.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 18 de Dezembro de 1946.— O Ministro das Colónias, *Marcello José das Neves Alves Caetano*.

Diracção Geral Militar

Secção de Marinha

Portaria n.º 11:627

Considerando que a Administração da Fazenda Naval na colónia de Angola se exerce de conformidade com as disposições do regulamento privativo aprovado pela portaria n.º 1:404, de 9 de Junho de 1934, e, principalmente, por força do seu artigo 1.º, pelas disposições do Regulamento de Administração da Fazenda Naval;

Considerando que o Regulamento de Administração da Fazenda Naval a que se refere a mencionada portaria foi substituído pelo novo Regulamento de Administração da Fazenda Naval aprovado pelo decreto n.º 31:859, de 17 de Janeiro de 1942:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, pôr em execução na colónia de Angola o Regulamento de Administração da Fazenda Naval aprovado pelo decreto n.º 31:859, de 17 de Janeiro de 1942.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 18 de Dezembro de 1946.— O Ministro das Colónias, *Marcello José das Neves Alves Caetano*.